

EDITAL Nº 41/2023 - PRPPG

XXV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XVIII ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

LIBERDADE E MORAL EM KANT:

**A QUESTÃO DA AUTONOMIA COMO FUNDAMENTAÇÃO DO PRINCÍPIO
MORAL**

Autor(es): Juliette de Sousa Vasconcelos¹; Luis Alexandre Dias do Carmo²

¹ Mestrado Acadêmico em Filosofia, MAF/PRPPG, UVA; E-mail: jhully.ste@gmail.com,

² Docente, MAF/PRPPG, UVA. E-mail: alexdiasdcarmo@yahoo.com.br

Resumo: A presente pesquisa visa analisar a relação intrínseca entre liberdade e moral, especialmente no contexto da filosofia de Kant. Investigando como a liberdade se configura enquanto base para o princípio moral fundamental. Isso levanta questionamentos sobre a natureza da liberdade e como ela influencia a filosofia prática, abrangendo áreas como moral, direito e política. O estudo diferencia de forma crucial a razão prática da razão teórica, o que tem implicações profundas no debate contemporâneo sobre a intersecção entre valores morais e conhecimento científico. O objetivo geral é compreender os conceitos de liberdade e autonomia em Kant, explorando como são desenvolvidos a partir das relações fundamentais das faculdades humanas. A metodologia envolve uma pesquisa bibliográfica e interpretativa de textos de Kant e comentadores relevantes. Espera-se demonstrar que o ser humano possui uma autonomia derivada de uma vontade autenticamente livre, mesmo sendo influenciado pelos mundos inteligível e sensível.

Palavras-chave: Fundamentação. Dever. Moralidade. Vontade.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca analisar a relação entre liberdade e dever moral na obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* de Kant, examinando sua abordagem das qualidades inerentes e pessoais do ser humano que se manifestam primariamente na razão prática. Inclui-se nessa análise os conceitos de dignidade e dever moral como pré-condições para determinar uma ação moral. De acordo com a própria consciência, o ser humano possui a capacidade de se desvincular do controle externo. Para que um desejo se torne

intrinsecamente um fim em si mesmo, e não um objeto de interesse particular do sujeito, ele deve ser determinado em sua forma mais pura.

Em *Fundamentação da Metafísica Dos Costumes*, Kant (1988) tenta estabelecer a base do comportamento moral nas passagens das seções seguintes: Transformação da compreensão moral da razão popular para a compreensão filosófica; uma mudança da filosofia moral popular para a metafísica do costume; passando da metafísica dos costumes para uma crítica da razão pura.

O problema aqui levantado considera que havendo uma necessidade de que no âmbito da moralidade o homem possua autonomia sobre suas ações, visa assim, entender de que forma a Liberdade, enquanto base da fundamentação da moralidade humana é construída no indivíduo racional. E, para o equacionamento do problema, ergue-se a seguinte hipótese: partindo da ideia de que, para o filósofo, há uma distinção do homem pertencente ao mundo inteligível e mundo sensível, assim como, a justificação do princípio moral pela liberdade, poderia ser o modelo que Kant vislumbrou na *Fundamentação da Metafísica dos costumes*, Kant (1988) para apresentar a fundamentação do princípio moral.

Obedecer à lei moral é o mesmo que agir de acordo com uma autoavaliação da própria posição, segundo Oliveira (1987) Kant procura mostrar que a grandeza do homem está na sua capacidade de autodeterminar-se a partir da liberdade, rompendo com a ideia de que o saber consiste apenas no domínio técnico do homem sobre o mundo, como pensa a modernidade, mas sim a liberdade a partir do ético enquanto fonte dessa grandeza.

Carmo (2005, p. 15) deixa claro que com o iluminismo, a compreensão da razão prática moral levanta-se contra a ideia positivista de que existia apenas a razão teórica. Contudo, a razão teórica torna-se mais aceitável, na medida em que dispõe de dados empíricos para comprová-la, e podem ser analisadas enquanto verdadeiras ou falsas. A razão prática, por tratar de discursos hipotéticos/normativos, e com isso procurar se justificar apenas racionalmente, dentro dessa lógica positivista, não pode ser considerada nem verdadeira, nem falsa, e assim, a ética é reduzida ao âmbito do Subjetivo.

Tradicionalmente, a ética era entendida como fundamentada em uma noção de bem. Kant quebra com essa perspectiva ao propor uma ética deontológica, na qual a moralidade e o bem-estar se contrapõem, uma vez que as regras morais são aplicadas universalmente. Isso implica que, mesmo que o "dever moral" não seja agradável ou confortável para o indivíduo, ele deve agir de acordo com essa máxima: “Age como se a máxima da tua acção se devesse tornar, pela tua vontade, em **lei universal da natureza.**” (Kant, 2019. p. 62)

Para compreender os fundamentos morais de uma ação, é crucial examinar a primeira razão que levou o indivíduo a agir de forma racional. Segundo Kant (2004, p. 25), existem três tipos de ações dentro dos limites da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*: ações realizadas em conformidade com a lei e para a lei, ações tomadas em conformidade com a lei e não para a lei, e ações tomadas em violação da lei.

Consoante Oliveira (1887) para Kant, o homem não está subordinado à natureza, à ordem essencial do mundo, mas subordina-se à lei da própria liberdade, ou seja, a moralidade de sua ação implica responsabilidade consigo e com o outro, procurando escolher uma máxima, um princípio de ação subjetivo, que ao mesmo tempo valha como lei para todos.

O filósofo prussiano trata da liberdade no terceiro capítulo da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, considerando que algo que não sofreu quaisquer tipos de influência do que esteja exterior a ele pode ser considerado livre, desse modo, a partir da definição de liberdade como “a propriedade da causalidade da vontade, pela qual ela pode ser eficiente, independente das causas estranhas que a determinem” (KANT, 1886, p. 83), essa causalidade de acordo com Carmo (2005, p. 24) implica em entender que essa liberdade possui também uma lei, que não podendo ser a natural, “a liberdade da vontade só pode consistir em ser lei para si mesma, (...) é o que ele denomina de autonomia.”. Para explicar essa “vontade livre”, Kant se utiliza da distinção entre o mundo sensível e o inteligível.

Embora o ser humano possua racionalidade, essa razão não é pura. Se o fosse, o homem teria uma necessidade inata de seguir a vontade da razão sem ser influenciado por inclinações. No entanto, Kant argumenta que o ser humano pertence tanto ao mundo dos fenômenos quanto ao mundo numenal, sendo influenciado por ambos. O ser racional, ao pertencer ao mundo inteligível, possui em si a priori da vontade a noção de causalidade,

como vista no conceito de liberdade. Simultaneamente, como parte do mundo sensível, é afetado por fatores externos, o que gera inclinações (Carmo, 2005, p. 26).

Kant argumenta que o método analítico é crucial para compreender o princípio da moralidade. Ele começa analisando o uso comum da "boa vontade", observando que os conceitos de "dever" e "respeito" são universais. Através desse princípio, compreendemos o imperativo categórico, que é explorado por meio do exame da faculdade da razão prática.

Segundo Kant (apud Carmo, 2005, p. 16), as qualidades humanas só têm valor quando estão em conformidade com a boa vontade, que é intrinsecamente livre de limitações. A "boa vontade" é central para o conceito de dever, o qual implica agir em respeito às leis morais. Dessa forma, a lei e o respeito moral estão intimamente ligados, proporcionando uma possibilidade de autonomia, pois o sujeito é orientado tanto pela racionalidade (mundo numenal) quanto pelas inclinações (mundo fenomenal).

O valor de uma ação é determinado pela deliberação direta da razão, não por uma razão especulativa baseada em princípios experimentais. Sendo uma necessidade diretamente derivada da razão, é equiparada ao valor de uma boa vontade, ou seja, quando a coisa certa é feita pela razão correta. Dessa forma, o ser humano tem a capacidade de agir de forma independente, exercendo sua capacidade de discernimento para estabelecer leis relacionadas às metas que define.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e interpretativa, visando aprofundar o entendimento da relação entre Liberdade e Moral na filosofia de Immanuel Kant. Para organizarmos a leitura da pesquisa aqui pretendida, dividimos em duas partes distintas: 1) Fazer um estudo investigativo sobre as ideias acerca da Liberdade e como ela se relaciona com a moralidade na perspectiva de Immanuel Kant, através das seguintes obras: *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*; texto “*Resposta a pergunta: O que é o Esclarecimento?*”, leitura de capítulos essenciais de obras relevantes, tais como *Crítica da Razão Pura*, *Crítica da Razão Prática*, *Prolegômenos a toda Metafísica Futura*. 2) Para ampliar nossa compreensão, recorreremos a leituras complementares de



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

comentários e análises de estudiosos do tema, incluindo autores como Oliveira (1997), Carmo (2005), Lima Filho (2019), Bertagnoli (2002), Pecorari (2022), Rosa (2010), Sandegwick (2017), Scholl (2020), Walker (1999), entre outros especialistas que abordaram esse tópico. É a partir da assimilação dessa sequência de ideias que poderemos delinear o comportamento humano em relação ao dever moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado refere-se à pesquisa da dissertação do Programa de Mestrado Acadêmico em Filosofia que visa tratar da relação entre liberdade e dever moral na Fundamentação da Metafísica Dos Costumes de Kant, sob a análise do exame das qualidades inerentes e pessoais do ser humano, que se manifestam de antemão na razão prática e inclui os conceitos de dignidade e dever moral, como pré-condição para determinar uma ação.

Assim, como resposta a questão apresentada na introdução deste resumo vemos que Kant ao distinguir o mundo noumenal do fenomenal argumenta que embora vivamos e experimentemos o mundo fenomênico, nossa verdadeira liberdade e autonomia moral residem no mundo noumenal, onde somos vistos como seres capazes de agir segundo leis morais que nós mesmos estabelecemos. Essa distinção é crucial para que possamos compreender o sujeito racional como um ser que pertence a esses dois mundos e que por eles são influenciados.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) mediante o Programa de Demanda Social, que disponibiliza bolsas de estudo ao Mestrado Acadêmico em Filosofia- MAF/UVA, garantindo a permanência no programa de pós-graduação, bem como a dedicação à pesquisa científica. Agradeço ao Professor Dr. Luis Alexandre Dias do Carmo, por todo o apoio e orientação para a realização deste trabalho, assim como a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PRPPG/UVA por proporcionar espaços nos quais podemos partilhar nossas pesquisas e experiências.

REFERÊNCIAS

CARMO, Jorge. **A universalização como critério moral: Kant e Apel.** Fortaleza, 2005
Dissertação. (Mestrado em, Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia da
Universidade Federal do Ceará.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Trad. Paulo Quintela,
Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. **“Resposta à pergunta: que é o esclarecimento?”** In: KANT, Immanuel.
Textos Seletos (edição bilíngue). Trad. Raimundo vier. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA; Manfredo Araújo de. **Ética e sociabilidade.** 2ª. ed. São Paulo-SP: Loyola, 1997.
[p. 130 A 156]

WALKER, Ralph. **Kant: Kant e a lei moral.** Tradução Oswaldo Giacóia Júnior. São Paulo:
UNESP, 1999. (Coleção Filósofos)